

ARMANDO BARTRA*

MESOAMERICANOS: REANIMANDO UMA IDENTIDADE COLETIVA

I

É evidente a fraqueza [...] que os gregos tinham então, quando a Grécia não realizara nenhuma façanha em comum, nem tinha ela toda o nome de Grécia [...] mas cada povo o seu. (Mas depois da incursão troiana) [...] todos aqueles que eram como os gregos, e se comunicavam entre si, foram chamados com um mesmo sobrenome.

*História da guerra do Peloponeso.
Tucídides.*

TUCÍDIDES NOS LEMBRA que, entre 500 e 400 a.C., os gregos inventam-se a si mesmos ao mitificar a guerra de Tróia, mas sobretudo ao derrotar em uníssono a incursão persa. Dois milênios e meio depois os povos continuam tecendo identidades com os fios do mito, da resistência e da luta.

A consciência da unidade da Hélade diante dos “bárbaros” –entendidos não tanto como toscos e tartamudos, e sim como “outros”– tem sua origem com a expedição troiana. Mas depois “a Grécia esteve muito tempo sem realizar alguma obra memorável em comum e em nome de todos, nem tampouco cada cidade poderia fazê-lo por si”. Até que, providencialmente, chega “o rei Xerxes da Pérsia com grandes hostes e o propósito de conquistar [...] Pouco tempo depois, todos unidos e de comum acordo expulsaram os bárbaros”. E assim a Hélade tornou-se protagonista histórico, e de fato o

* Diretor do Instituto de Estudos do Povo Maia AC, e membro do Comitê Editorial de *Chiapas*.

único ator da História propriamente dita, pois para o ateniense os povos bárbaros apenas passam.

Dois mil e quatrocentos anos depois de Tucídides ter reconstruído as vicissitudes de uma identidade em curso, outros povos dispersos –os mesoamericanos– começam a se reconhecer em sua unidade. Não são ameaçados pelas hostes dos Medos, mas pelas do capitalismo selvagem, e sua resistência não é contra os planos de Xerxes, e sim os de Bush e Fox; contudo, como os gregos de então, chegaram à conclusão de que não podem realizar “coisa memorável cada cidade por si”, e que somente “todos unidos e de comum acordo” poderão, se não expulsar os novos “bárbaros”, deter o Plano Puebla-Panamá (PPP), a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e outros planos nefastos do tirano.

II

Os camponeses do México, da América Central e do Caribe temos uma longa e compartilhada história de luta. E nas últimas décadas nos espreitam as mesmas desgraças: contra-reformas agrárias privatizadoras, políticas agrícolas excludentes, quedas abismais dos preços das matérias-primas agropecuárias, negação dos direitos e liberdades políticas, repressão, fomes, desemprego, migração... Mas, do fim do túnel, nos índios, negros e mestiços da cintura do continente, dissemos basta! A Mesoamérica não só tem um passado esplendoroso, mas também um futuro. De nós depende construí-lo.

Convocação do Primeiro Encontro Camponês Mesoamericano

No sábado, 19 de julho de 2003, em Progreso, Município de Santamaría, Departamento de La Paz, República de Honduras, os sicários de uma empresa madeireira dispararam em camponeses que lutavam pela terra, deixando dois mortos e vários feridos. O crime foi um sinal dos latifundiários ao suposto “diálogo nacional”, que deveria ter início dois dias depois. Na segunda-feira, dia 21, o Conselho Coordenador das Organizações Camponesas de Honduras (COCOCH) liderou uma manifestação em Tegucigalpa clamando por justiça.

Até aqui, nada fora do comum na dolorida América Central. O inusitado foi que, entre aqueles que protestavam diante da residência do presidente Maduro e defronte ao ministério da Reforma Agrária, havia hondurenhos, mas também dezenas de camponeses nicaragüenses, salvadorenhos, costa-riquenses, panamenhos, guatemaltecos, belizenhos, mexicanos, cubanos. O inédito é que nas palavras de ordem era lembrado o índio Lempira, mas também Zapata, Martí, Sandino. E o insólito: as saudações a Honduras, a Cuba, a

Nicarágua, a Costa Rica, ao México, misturavam-se com vivas à Mesoamérica, primeiro tímidos, depois retumbantes. Assim, a Mesoamérica –até alguns anos atrás pouco mais do que uma desconhecida entre os centro-americanos, mexicanos e caribenhos do povo– tornou-se tema de novas palavras de ordem, algumas de estilo clássico: *A Mesoamérica unida jamais será vencida!*; outras mais recentes e de caráter altermundialista: *Outra Mesoamérica é possível!*

Há muito tempo os *pinoleros* fogem da Nicarágua para terras ticas ou panamenhas, pois ali há mais emprego; é um costume ancestral dos índios mam guatemaltecos cruzar o Sonocusco para as colheitas de café; nos anos 1970, as diásporas ocasionadas pelas guerras civis e por catástrofes naturais engrossaram as hostes de desterrados centro-americanos no México; nos últimos tempos, cada vez mais *catrachos*, *chapines*, *pinoleros* e *guanacos* abandonam Honduras, Guatemala, Nicarágua ou El Salvador e cruzam o Suchiate em seu alucinado percurso para a grande ilusão americana; e, em outro tipo de caminhadas, são centenas as peregrinações dos zapotecas de Oaxaca ao santuário do Senhor de Esquipulas, na fronteira entre Honduras e El Salvador. Mas as transumâncias de agora são diferentes: os mesoamericanos que nos últimos três anos animaram fóruns multitudinários em Tapachula, Xelaju, Manágua, Tegucigalpa e outras cidades da América do meio, sonham sonhos guajiras em vigília, vão atrás de utopias que, nos tempos miseráveis que correm, revelam-se fontes de satisfação de primeira necessidade.

O irado coro multinacional que nas ruas de Tegucigalpa clamava por justiça para seus irmãos sacrificados já havia ensaiado palavras de ordem no México, na Guatemala e na Nicarágua, ao calor das habituais caminhadas com as quais culminam os encontros multinacionais da região. Intercâmbios que começaram em maio de 2001 com um Primeiro Fórum Social, realizado em Tapachula, Chiapas; prolongado em novembro desse mesmo ano com um Segundo Fórum, em Quetzaltenango, Guatemala, seguido do terceiro em Manágua, Nicarágua, em julho de 2002, e do quarto em Tegucigalpa; Honduras, em julho de 2003.

A afronta que desencadeou as reuniões foi o PPP: o Pedro Páramo dos programas de governo. Um eufônico projeto do presidente Fox que não chega a surtir efeito, mas que, ao colocar nome e sobrenome na injustiça mesoamericana, produziu uma intensa rejeição social. Resistência talvez desproporcional em relação aos curtos alcances da iniciativa presidencial mexicana, mas insuficiente para enfrentar os estragos bem reais que o malfadado “modelo de desenvolvimento” causou e causa na região. Pois se no longo prazo a cintura do continente sofreu as inclemências sociais e ambientais do mercantilismo absoluto –um malvado sistema nas metrópoles, mas infame nas colônias, que no sul do México, da América Central e do Caribe se

encarnou em economias de enclave–, no curto prazo padece o esgotamento da agro-exportação periférica e da abismal depreciação das matérias-primas de origem agropecuária, ao mesmo tempo que se ressentiu do início de um novo saque, desta vez dirigido a recursos não-tradicionais, como as reservas de água e a biodiversidade; como se fosse pouco, também há danos conjunturais, derivados do persistente estancamento da economia mundial: fechamento de maquiadoras, redução do turismo, contração dos investimentos. Diante das calamidades civilizatórias provenientes do modo de produção, dos saldos nefastos do sistema colonial e neocolonial, dos lastros de Estado que acordos comerciais como o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN) significam –que sendo leis nos comprometem estrategicamente–, pareceria que a Mesoamérica se excedeu em sua resposta a um programinha sexenal e prematuramente débil como o PPP.

Porque o Puebla-Panamá é um projeto desvalorizado, mais uma das promessas –ou ameaças– não cumpridas que o presidente Fox ministra a torto e a direito. Em março de 2002 Marcelo Antinori, coordenador da Unidade de Apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao programa, disse: “As ações do PPP serão limitadas, pois o investimento com o qual é financiado provém de recursos fiscais, que são poucos; ou de empréstimos, que não são fáceis de conseguir”. Mas quando o Banco negociou uma linha de crédito de até quatro bilhões de dólares, as coisas também não se solucionaram, pois quatro meses depois o próprio Enrique Iglesias indicou: “A oferta de crédito do BID e de outros organismos financeiros não é o fator limitante para pôr em marcha e executar os objetivos do PPP [...] e sim a capacidade de endividamento dos países” (Iglesias, 2002). No final de julho de 2003, enquanto em Tegucigalpa, Honduras, mil e seiscentos participantes provenientes de quinze países davam início ao Quarto Fórum Social Mesoamericano pela Autodeterminação e pela Resistência dos Povos, o mais recente da seqüência de encontros contra o PPP, no México o secretário de Relações Exteriores extenuava-se na enésima tentativa de relançar o programa, se não até o Darién, pelo menos até o Suchiate, assinando com oito governos do sudeste um Convênio de Colaboração, para que em dezembro houvesse planos de desenvolvimento por estado. Apenas projetos por entidade federativa, depois de três anos do início formal do programa! E, para completar, os governadores não saíram convencidos: “enquanto o PPP não for prioritário no Plano Nacional de Desenvolvimento –disseram–, tudo continuará em papéis sem nenhuma utilidade nem validade” (*La Jornada 19 de julho de 2003*).

Posto em *stand by* pela recessão econômica mundial e pela mudança de prioridades derivada da primeira guerra do milênio, o PPP está congelado.

É verdade que o BID negociou uma linha de crédito, mas em condições de ausência de crescimento econômico é duvidoso que os governos a utilizem plenamente. E quanto aos recursos fiscais próprios, a queda das receitas tributárias dificulta cobrir o gasto corrente e os prévios compromissos de investimento, e ainda mais as grandes distribuições de bens e riqueza que a Mesoamérica demanda. De fato, o mais vultuoso são os cinco bilhões de pesos de recursos próprios que o México destinou em 2003 à rede viária do Golfo, pois dos quatro bilhões de dólares disponíveis, nosso governo solicitou como crédito a inaudita quantia de... vinte milhões. Quanto à pretendida interconexão energética centro-americana, trata-se na realidade de uma privatização do serviço a favor das transnacionais, que de imediato estão elevando os preços do serviço doméstico, e, no caso do México, pode revelar um novo descalabro político do presidente Fox, pois se pretende “promover a promulgação de uma lei regional de concessões que permita aos investidores financiar projetos de infra-estrutura, sem obstáculos legais”, o que presumivelmente violaria uma vez mais nossa Constituição. Finalmente, no tocante ao investimento privado, que deveria inundar o sudeste atraído por sua localização, recursos e mão-de-obra barata, assim como pela infra-estrutura, desregulação e isenções fiscais, em vez de chegar com alvoroço retira-se de forma atropelada. E ao retrocesso da produção mundial somou-se mais recentemente o do consumo; e a indústria da montagem, centrada na confecção, na eletrônica e em autopeças, está despedindo pessoal ou fechando fábricas.

Paradoxalmente, quando como críticos mais tenazes insultávamos o PPP porque traria uma invasão de maquiladoras, megadesenvolvimentos turísticos e plantações agro-exportadoras, além de crescente exclusão social e maior migração, o que se mostrou como o mais angustiante problema mesoamericano do momento é que a maquia está fechando, que o emprego no turismo diminuiu, que as fazendas cafejeiras, bananeiras e outras contratam menos trabalhadores rurais. E no extremo: se há poucos meses era preocupante que os jovens empreendedores desertassem de suas comunidades para buscar fortuna no *gabacho*, hoje o alarmante é que as fronteiras se tornaram mais rígidas, tanto para cruzar para o México como para entrar nos Estados Unidos, de modo que a cada dia é mais difícil emigrar.

Ocorre que alertávamos contra uma nova onda de colonização selvagem, que presumidamente ocuparia os espaços ainda vagos do sudeste, mas estamos enfrentando o contrário: o refluxo de capitais e a recessão. E acontece que, ainda pior do que ter um emprego escravo na maquiladora, é perdê-lo; pior do que se extenuar colhendo café para os fazendeiros de Sonocusco é que este ano não tenham contratado 60 mil trabalhadores rurais guatemaltecos, e sim 30 mil, e que o resto tenha ficado passando fome em sua terra; pior do que a

família desgarrada porque o pai se foi *de mojado** é a família em crise porque o pai regressou com o rabo entre as pernas.

Naturalmente isto não quer dizer que de agora em diante clamaremos por mais maquiladoras, mais plantações escravistas, mais migração... mas também pouco por menos. Não queremos que chegue o que nos anuncia o PPP, mas também não podemos nos conformar com que não chegue, ou que aquilo que chegou se vá. O que na verdade faz falta é abrir o caminho para outra coisa: uma mudança de via, um desenvolvimento alternativo.

Para o sudeste mexicano e para a América Central urge uma reativação agrícola, que não seja a da monocultura privada e a da plantação, e sim de cunho camponês; uma agricultura sustentável, justiceira e empregadora, que aproveite as vantagens comparativas para exportar mas também abasteça de produtos básicos o mercado interno. A industrialização faz muita falta para a Mesoamérica, mas não em fábricas de montagem contaminadoras, escravistas e migratórias, e sim integradas em cadeias produtivas. Para a cintura do continente é bom que se aproveitem seus recursos naturais e vantagens biológicas, mas não depredando-os e privatizando-os, e sim em benefício de suas comunidades e garantindo sua preservação.

Sendo assim, os PPPfóbicos passaram a tratar também de questões mais transcendentais e inquietantes como o TLCAN; a funesta ALCA promovida por Washington, e seu avanço mesoamericano, um tratado de livre comércio entre os países centro-americanos e os Estados Unidos que se prepara nestes meses; o impacto regional dos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC), que em setembro se reuniu em Cancún; a desmedida e funesta ingerência do Banco Mundial no Corredor Biológico Mesoamericano; a ameaça econômica e ambiental que as sementes transgênicas representam; os direitos autonômicos dos povos indígenas, cujo reconhecimento está pendente; a migração impossível de ser contida que esvazia cidades, regiões e países inteiros. São todos temas caros à chamada “sociedade civil”, já bem colocados por seus especialistas.

Porém, os verdadeiros protagonistas dos encontros não foram as onipresentes e destacadas organizações de ativistas profissionais, e sim os menos cultivados e mais rústicos agrupamentos agremiais. Ainda que geralmente as ONGs presidam a mesa de debates e fixem a agenda, no final não são elas os pesos pesados da resistência mesoamericana, protagonizada antes pelas organizações sociais de base, que em outros tempos teríamos chamado agrupamentos *de classe*. E, antes de tudo, as organizações camponesas e indígenas, majoritárias numa região onde o rural é ainda a chave do futuro.

* N. do T.: expressão com a qual se designa os imigrantes ilegais que tentam entrar nos Estados Unidos.

Obrigados a se reunir por razões práticas e para combinar ações, a população camponesa não se encontra inteiramente em fóruns basicamente declarativos como o mesoamericano, que, além disso, na quarta edição, já começa a soar reiterativo. Assim, após a reunião de Xelajú, algumas organizações rurais decidiram promover um intercâmbio entre pares, convocando o Primeiro Encontro Camponês Mesoamericano, que se realizou em Tapachula, Chiapas, em maio de 2001, com a participação de 270 delegados de quase sessenta organizações rurais, a maioria mexicanas. A desproporção foi corrigida no Segundo Encontro, realizado em Manágua, Nicarágua, em julho de 2002, ao qual estiveram presentes menos agrupamentos, porém mais representativos da região, pois a maioria dos 170 delegados, de meia centena de organizações, era centro-americana. O Terceiro Encontro, que teve lugar em Tegucigalpa, Honduras, em julho de 2003, com quase 200 delegados de cerca de cinquenta agremiações, revelou-se ainda mais equilibrado e representativo: do México participaram cerca de quarenta dirigentes; houve delegações bem numerosas de Honduras, Guatemala, Nicarágua e El Salvador; outras um pouco menores da Costa Rica, Panamá e Belize; e pela primeira vez esteve presente uma representação da Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP).

As primeiras reflexões coletivas da convergência centraram-se no severo diagnóstico dos males que afligem a região e na narração das principais vertentes por onde flui o movimento agrário mesoamericano. Para o Segundo Encontro já foi possível aprovar uma plataforma comum, e no terceiro formalizou-se uma coordenação regional batizada Movimento Indígena e Camponês Mesoamericano (MOICAM).

A cintura do continente é o coração rural da América: quase metade dos sessenta e quatro milhões de habitantes que povoam seus cem milhões de hectares vive no campo e cerca de 40% trabalha na agricultura. É também o núcleo da América indígena: um de cada cinco mesoamericanos milita culturalmente em algum dos povos originários. Por último, “a terceira raiz” de nossa mestiçagem é patente em Belize e no Panamá, e mais ainda nos países do Caribe. Mas a Mesoamerica é, além disso, a província mais pobre de um subcontinente pobre: aqui a renda *per capita* é a metade da latino-americana –em si muito baixa– e duas de cada três pessoas são indigentes. Miséria que com frequência torna-se fome, pois somente o México, o Panamá, a Costa Rica e o Belize têm alguma segurança alimentar, enquanto que os demais países praticamente não contam com reservas de grãos. As novas riquezas do terceiro milênio, biodiversidade e recursos naturais, são abundantes numa área com enormes reservas de água doce, que, medidas em metros cúbicos *per capita*, são elevadíssimas em Belize e no Panamá, muito altas na Nicarágua e na Costa Rica, altas em Honduras e na Guatemala, e aceitáveis em El Salvador e no

México; e onde há cerca de dez mil espécies animais, entre mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes, e mais de 7.500 espécies de plantas, muitas delas endêmicas, além de inumeráveis insetos e microorganismos.

Mas, enquanto os avanços das corporações transnacionais chegam à pródiga região farejando seus recursos, os mesoamericanos se vão: alguns para enclaves econômicos interessados em mão-de-obra barata, localizados no México, Costa Rica e Panamá, outros rumo ao legendário norte gabacho. E a maioria emigra “a raiz”¹, apenas com o valor e a coragem mesoamericanos. Assim, de cada 100 pessoas sem documentos residentes nos Estados Unidos, 60 são latinos, e deles 40 são mexicanos, 10 salvadorenhos, 4 guatemaltecos, 2 nicaragüenses e 2 hondurenhos.

Para uma região no ar e sempre à beira do desastre, a plataforma do Moicam é muito mais que uma proposta setorial, é um projeto de futuro. Porque nos encontros camponeses não se discute somente a agricultura, debate-se o destino de toda a Mesoamérica. Ou uma neocolonização selvagem e inóspita que continue colocando os bens endêmicos da região a serviço da acumulação rapaz e especulativa: extração de recursos, privatização de espécies, estabelecimentos de plantações especializadas, instalação de corredores de serviços comerciais, maquiadoras, turismo dourado; negócios cujos ganhos apóiam-se menos no investimento produtivo e mais na depredação ambiental-trabalhista e nas rendas da terra (sua fertilidade e localização), do subsolo e seus recursos, da água, da vida, da paisagem, da cultura... Ou uma articulação a partir de baixo e para dentro, uma integração habitável sustentada na economia solidária e associativa dos camponeses e em geral dos trabalhadores diretos.

Como sustento desta encruzilhada civilizatória, em Tapachula, Manágua e Tegucigalpa diagnosticou-se a crescente perda de soberania alimentar –com sua seqüela de fomes recorrentes– e a irrefreável corrosão da soberania trabalhista –expressa nas intensas fugas populacionais–, saldos da guerra comercial empreendida pelos Estados Unidos e pela União Européia, que enquanto subsidiam e protegem sua agricultura, nos impõem uma abertura comercial que arrasa cultivos alimentares, arruína camponeses e põe de joelhos as nações incapazes de empregar seus cidadãos e produzir suficientes alimentos. Também se analisaram pormenorizadamente as causas da estrepitosa queda dos preços de nossas exportações agropecuárias: sobreprodução induzida, intermediação monopólica e especulação na bolsa, no caso dos produtos operacionalizados na bolsa. Ponderou-se o curso de uma reforma agrária, que se reverte no México e na Nicarágua, que não chegou à Guatemala e que, induzidos pelo Banco

1 N. do E.: expressão mexicana que quer dizer “sem nada”.

Mundial, os governos tentam suplantar com créditos para a compra de terras. E, além da economia imoral que nos aflige, evidenciou-se a falta de liberdades políticas e de autêntica democracia participativa, assim como o severo déficit em direitos humanos, tanto civis como sociais, econômicos e coletivos, destacando-se sobretudo os direitos de gênero e o reconhecimento das autonomias dos povos indígenas. Reconhecimento que deverá ser *de facto* em países como a Nicarágua, onde são constitucionais mas não são praticados, e *de facto e de jure* no México e na Guatemala, onde há reformas constitucionais pendentes que os governos pactuaram com as guerrilhas em vias de pacificação e que depois não cumpriram.

A alegação de que o mercado nos tornará livres, justos, democráticos... e até jovens e belos; a falácia de que a riqueza goteja –como as agradáveis águas de uma fonte– e que, ocorrendo crescimento algum dia, haverá distribuição de renda, são armadilhas que procuram sustentar a proposta de que a liberalização comercial é a chave do desenvolvimento. Hoje os mesoamericanos, que nos movemos entre os destroços ocasionados pelos pactos comerciais, sabemos que não é assim: nem a integração virtuosa nem o desenvolvimento equitativo podem ser buscados mediante a desregulação do mercado. Ocorre exatamente o contrário: o Tratado de Livre Comércio da América do Norte, mas também aquele assinado pelo México com os três países centro-americanos do chamado “Triângulo do norte” (Guatemala, El Salvador e Honduras), ocasionaram a desarticulação da economia e a regressão social nos associados mais débeis. E o mais grave é que nos tratados hipotecamos nosso direito soberano de defender os grandes interesses nacionais, corrigindo quando preciso as falhas do mercado, para tornar viáveis os âmbitos da produção ou distribuição que são socialmente necessários, mesmo se não forem “competitivos” (sobretudo se medidos com parâmetros internacionais distorcidos e artificiosos).

Convencidos de que o comércio não deve ser liberado, e sim amarrado, e de que uma sociedade livre só é possível com um mercado domesticado, os mesoamericanos chegaram a sentir nostalgia dos velhos e fracassados projetos de integração centro-americana, que buscavam reforçar as duvidosas complementaridades econômicas regionais. Em tempos de uma globalização implacável, é difícil planejar uma articulação regional para dentro, mas em todo caso é claro que a integração social da região não está sendo obtida *graças* ao livre comércio, mas sim *contra* o livre comércio: a Mesoamérica se apropria gradualmente de sua prostração porque tocou no fundo, porque a ilusão mercantilista não se sustenta mais e é preciso buscar outros paradigmas.

Então, não é por acaso que o MOICAM, constituído formalmente em fins de julho de 2003, tenha desenvolvido sua primeira ação multinacional e coordenada em meados de setembro do mesmo ano, promovendo e participando

do Fórum Internacional Camponês e da Marcha Internacional pelos Direitos dos Camponeses e pela Soberania Alimentar, que foram realizadas em Cancún, Quintana Roo, em razão da Quinta Reunião Ministerial da OMC.

A Plataforma Camponesa Mesoamericana estabelece, em sua segunda seção, referente à soberania alimentar:

A comida é uma arma nas mãos do Império. É por isso que os países poderosos e suas transnacionais estão empenhados em uma cruenta guerra mundial para dismantelar as agriculturas dos países fracos e para acabar com os camponeses que colhem produtos básicos, pois uma nação que não pode garantir a alimentação de seus cidadãos é uma nação submetida [...] Entendemos por soberania alimentar o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos [...] E em nossos países isto só é possível com base na pequena e média produção, respeitando e promovendo os modos camponeses e indígenas de produção agropecuária, florestal, pesqueira, artesanal, assim como de comercialização e de gestão dos espaços rurais (Sem autor, 2003).

De modo que, para o MOICAM, é prioritário lutar contra o avanço das negociações da OMC em torno de um acordo agrícola onde as grandes potências disputam entre si o mercado planetário e os verdadeiros perdedores são os países pobres e seus pequenos produtores rurais.

Assim, a Mesoamérica estréia no cenário da resistência global com um rosto camponês. Porque os globalicríticos presentes em Cancún foram diversos e destacou-se a luta contra a liberalização e a privatização dos serviços públicos; mas o Fórum Internacional Camponês e suas palavras de ordem (*Fora a OMC da agricultura! Fora os alimentos da OMC! e Não às patentes sobre a vida!*) tornaram-se o eixo das mobilizações. A iniciativa do Fórum e da marcha foi da *Via Campesina*, uma rede mundial que alinha a maior parte das organizações mesoamericanas do MOICAM e que constitui a melhor mostra do novo e pujante internacionalismo campesino. A população camponesa presenciou o nascimento do capitalismo, foi premissa inevitável de sua reprodução e está presente na disjuntiva civilizatória do terceiro milênio; porque os camponeses são uma multidão em perene rebeldia; uma classe no ar, hoje globalizada, que se alinha com pleno direito nas hostes altermundistas.

III

Talvez a Mesoamérica possa alcançar sua integração [...] copiando [...] as formas [...] de seu poderoso vizinho do norte [para] depois aliviar sua inconformidade com os ritos de um nacionalismo exacerbado [...] Ou encontrará algum dia seu próprio caminho? [Pres] entre o ontem e o amanhã. A Mesoamérica continua em vias de formação. O galo cantou [mas] passará algum tempo antes que o sol se levante; contudo, os homens esquadriham o céu porque suas vidas dependem do amanhã.

Povos e culturas da Mesoamérica
Eric Wolf.

A pluralidade geográfica e ambiental mesoamericana sustentou um quebra-cabeça de culturas. Nas origens todos éramos homens de milho (e de mandioca e de banana...), tanto em termos agroalimentares como cosmogônicos, mas os nahuas o chamavam *centli*, os zapotecas *zuba*, *kosak* os chontales, *mok* os zoques, *xál* os mam e *nal* os maias. Em seus momentos expansivos, as grandes culturas irradiaram sobre esta enriquecedora diversidade, sem suprimi-la; o extenso império tenoxca era um mosaico variado de usos e costumes, articulados pelo comércio, pelo tributo e pelo náhuatl como língua franca.

A Mesoamérica não era, no século XVI, um território delimitado com precisão e politicamente centralizado; a conquista e a ulterior dominação é que lhe conferem uma unidade inédita: primeiro no âmbito nuclear, densamente povoado e “civilizado”; e, paulatinamente, na sua periferia “selvagem”, de tênue demografia, mas promissora riqueza mineira. Ao se esgotarem as possibilidades de saqueio fácil, a sede de ouro dos espanhóis leva-os a estender sua dominação para o norte e o sudeste, empregando os recursos e os braços dos que foram subjugados. E, por obra da cobiça colonial, a Mesoamérica estende suas fronteiras.

A nova articulação econômica, a refundação sociopolítica e a mutável delimitação geográfica da América novo-hispânica –como parte do domínio espanhol–, fazem do território um âmbito de acrioulamento, mestiçagem e resistência, criando um novo tipo mesoamericano e dando corpo aos novos sujeitos históricos. Para O’Gorman, trata-se da “invenção da América”, resultante do esforço crioulo de transformar “uma Espanha *no* Novo Mundo em uma Espanha *do* Novo Mundo”. Por conseguinte, escreve o historiador em suas meditações sobre o crioulisto, “surgiu [...] a rebeldia [...] a mola [...] impulsora da história novo-hispânica” (O’Gorman, 1970a). Certo, mas também há outra rebeldia, outro desassossego, no produto do transplante, mas de raiz propriamente mesoamericana: a rebeldia indígena e mestiça, empenhada igualmente em se reinventar, mas não como Nova Espanha desterrada, e sim como América Nova.

Assim, durante os séculos XIX e XX, a rebeldia de uma mestiçagem que não renega sua herança indígena transforma-se em nacionalismo, uma poderosa força coesiva enraizada na construção da unidade dos diversos a partir da resistência ao inimigo comum: primeiro o domínio direto espanhol, mais tarde a incursão de outras potências européias, e finalmente a intrusão estadunidense, manifesta em seu expansionismo territorial e penetração econômica (às vezes exércitos de ocupação, com freqüência companhias transnacionais, sempre os peremptórios ditames de *La Embajada*)².

No século XX, das revoluções (interrompidas como a mexicana, derrotadas como a guatemalteca, enclausuradas como a cubana, revertidas como a nicaragüense), a Mesoamérica ancestral e, em alguns casos, as raízes afrocaribenhas, reaparecem no discurso dos Estados nacionais como fundamento mítico da identidade. Retórica, na verdade, pois o reconhecimento de nossa “terceira raiz” e o espanto diante das conquistas culturais do índio morto em geral encobrem a ofensiva marginalização dos negros e dos índios vivos; remanescentes supostamente degradados de tempos idos, que o “indigenismo” pretende redimir assimilando-os a uma “cultura nacional” que digere simbolicamente a indianidade e a negritude para excretá-las neutralizadas e assim poder espezinhá-las na prática, sem maiores custos para o mítico patrimônio cultural da nação.

Com esta intrincada genealogia, não surpreende que os anfitriões hondurenhos tenham empregado como emblema do terceiro Encontro Campesino um mapa da Mesoamérica que começa no Rio Bravo e termina no Darién; nem que, encarregados de fazê-lo, os integrantes do Moicam tenham decretado nas resoluções do encontro que “Para os fins desta aliança, entendemos por Mesoamérica a América Central (Belize, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Panamá), México (em sua totalidade) e El Caribe” (MOICAM, 2002). Porque, além das definições geográficas, históricas e etnográficas, a Mesoamérica é uma entidade vivente, uma identidade coletiva em construção.

Muitos dirão que as ilhas do Caribe nada têm a fazer na jogada identitária, e não faltará quem negue o pertencimento de Belize e do Panamá à América Central, quanto mais à Mesoamérica. Mas o problema sério é o México. Se para os *gringos* a América do Sul começa no “Rio Grande” e, segundo os *chapi-nes*, a América do Norte se inicia no Suchiate, nós, *astecas*, estamos no limbo. Geograficamente somos em parte da América do Norte, em parte da América Central; para nossos governantes recentes –empresários ou tecnocratas que sonham em inglês– não há dúvida: o México é considerado a província mais equinocial da América do Norte ianque; e na percepção centro-americana o

2 N. do E.: termo cunhado na América Latina e no Caribe para aludir à representação dos Estados Unidos.

México é uma terra hostil: um *Big Brother* prepotente e cada dia mais persecutório, sobretudo desde que nos tornamos cães de guarda do Império, com programas de militarização da fronteira como o Plano Sul: o irmão feio do PPP.

A distância entre o México e a América Central é cultural, idiossincrática. Se o antiianquismo mexicano alimenta-se da perda de nossos estados setentrionais, para um guatemalteco o México é o país que lhe tirou metade do território, uma demarcação que originalmente correspondia à área cultural maia. Se a iniquidade econômica dos Estados Unidos para com o México, reforçada pelo TLCAN, é a ofensa ao *gabacho* que renovamos todos os dias, a assimetria comercial México-América Central (para cada dólar que importamos da região, exportamos quatro), fortalecida por iníquos tratados comerciais (com a Costa Rica [1995], com a Nicarágua [1997] e com a Guatemala, Honduras e El Salvador [2000], que não reconhecem as assimetrias, não incorporam o princípio de nação mais favorecida, não consideram a cooperação para o desenvolvimento e não incluem os direitos sociais, trabalhistas, ambientais ou migratórios), é a ofensa cotidiana que exaspera a relação. Como podemos não ser antiestadunidenses, quando todos os anos esse país expulsa um milhão de pessoas sem documentos, a maioria mexicanas? Como a América Central não pode sentir rancor pelo México, quando todos os anos nosso país deporta entre cem e duzentas mil pessoas sem documentos, a maioria centro-americanas?

Certo, as ofensas procedem do governo desorientado, não do povo mexicano, mas de todas as maneiras não será fácil superá-las. E, no entanto, isso é indispensável, pois somente dessa maneira a região é viável. Só assim a Mesoamérica será transitável como território, como âmbito de integração econômica e convergência societária, como herança cultural viva, como patrimônio cultural, como identidade em construção, como imaginário coletivo, como compromisso pendente.

Para o México, a necessidade de optar entre a América do Norte e a Mesoamérica é uma encruzilhada histórica. Quando a gerência da nação olha para o norte, anelante e obsequiosa (“Não se pode mamar e dar topadas”, Jorge Castañeda quando era secretário das Relações Exteriores), é reconfortante que os camponeses, em particular os do sudeste, se aventurem com o sul. Mas a aposta equinocial envolve o México como um todo. Se os tratados comerciais só têm sentido ao abarcarem o conjunto de nossa economia, os supostos acordos multilaterais para a integração econômica e para o desenvolvimento não serão viáveis se não os abordamos como nação. Os desafios mesoamericanos talvez comecem no Darién panamenho, mas não terminam em Puebla –como quer o PPP; na verdade, continuam até o Rio Bravo.

Sem dúvida, da cintura para baixo, o país tem particularidades, e em certo sentido o sul é o paradigma do México profundo, do México rural. O setor mais capitalizado de nossa agricultura está no centro-norte e no noroeste, não tanto

pelo potencial agroecológico como pelo modelo técnico adotado e porque aí se realizaram os maiores investimentos em infra-estrutura hidroagrícola e concentraram-se o fomento e os subsídios. O sul, em troca, é a região menos capitalizada, devido à sua ruralidade sociocultural e porque, em Estados como Chiapas, Oaxaca e Guerrero, cerca da metade da População Economicamente Ativa (PEA) trabalha no setor primário. E, também neste caso, não por supostas vocações, pois os recursos são aí relativamente abundantes, se não em terras planas, espessas e férteis, mas certamente em água, potencial florestal e biodiversidade, entre outros. Contudo, a região não recebeu nem os investimentos nem o fomento necessários para seu aproveitamento sustentável. Em compensação, sofre o embate da silvicultura predadora, da pecuária extensiva e da agricultura nômade, que, combinadas, ocasionaram desflorestamento grave, erosões biológicas, degradação dos solos e perda de recursos hídricos, tudo isso associado a um severo dano social.

Usando, para calcular, a regionalização do PPP (Veracruz, Puebla, Guerrero, Oaxaca, Tabasco, Chiapas, Campeche, Yucatán e Quintana Roo), alguns dados duros testemunham o atraso de uma zona onde 27% da PEA produz unicamente 18% do Produto Interno Bruto (PIB), atraso que se mostraria maior se fossem excluídas entidades atípicas como Puebla e Veracruz, que sozinhas geram quase a metade do PIB regional, de modo que os outros sete estados são responsáveis apenas por 10% do PIB nacional. Sua forte ruralidade fica evidente no fato de, tendo a região pouco mais de um quarto da PEA, nela trabalharem quase a metade de todos os trabalhadores agrícolas; isto significa que o sul é duas vezes mais camponês do que o país, pois ali o setor primário gera 40% do emprego, quando para o conjunto da economia a porcentagem não chega a 20%. Em rendimentos físicos o sul não anda mal: sobre 32% da superfície cultivada colhe-se em toneladas 33% do total, mas nos rendimentos econômicos fica-se para trás, pois o preço do que é produzido ali é cerca de 26% do total, de modo que sobre um terço das terras agrícolas obtém-se pouco mais de um quarto do valor da produção; situação agravada pelas baixas cotações de produtos como o café e outras matérias-primas tropicais. E os indicadores sociais são desastrosos: 66% da população do sul encontra-se em pobreza extrema, 15% é analfabeta, 20% das moradias têm só um cômodo, 30% carecem de água canalizada e 40% de drenagem, etcetera.

Mas, sem desconsiderar seus desafios específicos e suas específicas potencialidades, a problemática do sul demanda compromissos e ações de tessitura nacional. Em outro lugar escrevi:

Atrás da idéia de que os assuntos do sul resolvem-se no sul subjaz uma visão dicotômica do país, segundo a qual há um México moderno, globalizado e viável, que é o do norte; e um México pré-moderno, subdesenvolvido e talvez não tão viável, que é o do sul. Um país branco, urbano, cosmopolita e apoiado na indústria e nos

serviços; e outro preto, rural, provinciano e apoiado na agricultura. Um México cujo vizinho são os Estados Unidos e um México cujo vizinho é a Guatemala. Mas isto não vale nem como metáfora. Na verdade, o México é um em sua desgarrada diversidade. Suas regiões e setores socioeconômicos estão intimamente articulados; de maneira assimétrica e injusta, sem dúvida, mas imbricados até a morte. E este extremoso entrelaçamento nos define como nação. Nossa agricultura sustentou por décadas nossa indústria, nossas cidades são formadas por migrantes rurais, nosso sul provê a energia que nosso norte consome, nossa parte índia outorga identidade a nossa mestiçagem, nossa pobreza abismal sustenta nossa ofensiva riqueza... E o México do sul não é só o das regiões equinociais; é o México das desvantagens comparativas, o México desconectado, redundante, anacrônico, demorado... Então, precisamos pensar no desenvolvimento e na integração com a América Central a partir do México como um todo, porque nossas semelhanças com os países do istmo não estão apenas no sudeste; porque o México pode ser a nona economia mundial mas é uma sociedade subdesenvolvida; porque o sul começa no Rio Bravo e não no Suchiate; porque, enfim, nossos problemas profundos são os da América Central, e não os dos Estados Unidos, de modo que no sul estão nossos irmãos, enquanto que os do norte são, apenas, nossos primos (Bartra, 2003a).

Já faz três anos que os mexicanos estão realizando a tarefa a pé: no sentido inverso da lógica do mercado, caminham rumo ao sul. Repetidas vezes os camponeses daqui –*astecas*, nos dizem– cruzam por terra fronteiras inóspitas que facilitam a passagem das mercadorias e penalizam a passagem dos homens; aduanas a serviço da globalização comercial, onde se castiga a mundialização plebéia. Porque em Quetzaltenango, em Manágua, em Tegucigalpa, os esperam seus irmãos centro-americanos e caribenhos. E no encontro de Honduras, os *astecas* fomos recebidos com o lema *O campo não agüenta mais!* em lenços, bornais, bonés; uma palavra de ordem profunda que ainda ressoa nos campos, ruas e estradas do México. Porque os governos do istmo estão tramando com Bush um tratado de livre comércio com os Estados Unidos, e os *catrachos*, *chapines*, *guanacos*, *pinoleros*, *ticos* e demais centro-americanos querem saber como os *astecas* se saíram com seu TLCAN, e, sobretudo, com quais argumentos e táticas estão combatendo o capítulo agropecuário do acordo.

E assim, do mesmo modo que os antigos habitantes da Hélade se tornaram gregos “expulsando os bárbaros”, os homens da América do meio, da América crucial e crucificada, da América profunda, vão se tornando mesoamericanos.

BIBLIOGRAFIA

- Bartra, Armando 2001 “Sur. Megaplanes y utopías en la América equinoccial” em Bartra, Armando (org.) *Mesoamérica. Los ríos profundos* (México: El Atajo).
- Bartra, Armando 2002 “Hacia una nueva colonización del sureste” em Álvarez, Alejandro et al. *Economía política del Plan Puebla-Panamá* (México: Itaca).
- Bartra, Armando 2003 “La invención de Mesoamérica” em *Plataforma Campesina Mesoamericana* (México: Instituto de Estudios del Pueblo Maya, AC).
- Bartra, Armando 2003a Intervención en el Primer Encuentro Internacional sobre Desarrollo e Integración Regional en el Sur de México y Centroamérica, junho.
- Cdcoch-Asocode 2003 *Memoria III Encuentro Campesino Mesoamericano “El campo no aguanta más”* (Honduras).
- Centro Alexander von Humbolt 2002 *Memoria III Foro Mesoamericano Frente al Plan Puebla-Panamá el Movimiento Mesoamericano por la Integración Popular* (Nicaragua).
- Iglesias, Enrique 2002 “Entrevista con el director del BID” em *La Jornada* (México, DF) 27 de junho.
- Levy, Santiago; Dávila, Enrique e Kesel, Georgina 1994 *El sur también existe. Un ensayo sobre desarrollo regional en México* (México: Secretaría de Hacienda y Crédito Público).
- MOICAM 2002 *Resolutivos del Tercer Encuentro Campesino* (Manágua) mimeo.
- O’Gorman, Edmundo 1970a *La invención de América* (México: Fondo de Cultura Económica).
- O’Gorman, Edmundo 1970b *Meditaciones sobre el criollismo* (México: Centro de Estudios de Historia de México/Condumex).
- Presidencia de la República 2000 *Plan Puebla-Panamá. Documento Base* (México).
- Sem Autor 2003 *Plataforma campesina Mesoamericana* (México: Instituto de Estudios del Pueblo Maya, AC).
- Tucídides 1980 *Historia de la guerra del Peloponeso* (México: Porrúa).
- Villafuerte Solís, Daniel 2001 *Integraciones comerciales en la frontera sur. Chiapas frente al Tratado de Libre Comercio México-Centroamérica* (México: UNAM).
- Wolf, Eric 1980 *Pueblos y culturas de Mésoamérica* (México: ERA).